

**A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS(AS) NA
UNIVERSIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

*THE RETENTION OF BLACK STUDENTS IN UNIVERSITIES IN
BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION: A SYSTEMATIC REVIEW*

*LA PERMANENCIA DE LOS ESTUDIANTES NEGROS EN LA
UNIVERSIDAD EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA:
UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA*

José Bryan Gomes de Oliveira

E-mail: jobryan786@gmail.com

Daniele Vasco Santos

E-mail: vasco.daniele@mail.uft.edu.br

ABSTRACT:

This article discusses the retention of Black students in higher education, based on a systematic review of Brazilian academic literature that analyzed studies situated within the field of ethnic-racial relations. The analyzed articles reveal that retention strategies are predominantly focused on student support services. It is concluded that the increased presence of Black students in higher education, as a result of affirmative action policies, is sustained by retention policies designed to address economic, cultural, and/or educational challenges; however, racism acts as a barrier and/or hindrance to the retention of Black students in the university environment.

KEYWORDS: Affirmative Action Policies; Retention in Higher Education; Black Students; Ethnic and Racial Relations.

RESUMO:

O artigo discute a permanência de estudantes negros(as) na universidade, no contexto do ensino superior, a partir de revisão sistemática da produção científica brasileira na qual foram analisados trabalhos que se situam no campo do debate das relações étnico-raciais. A partir dos artigos analisados identifica-se que as estratégias de permanência estão, predominantemente, voltadas à assistência estudantil. Conclui-se que o aumento da presença de estudantes negros(as) na universidade, como efeito das políticas de ações afirmativas no ensino superior, mantém-se a partir das políticas de permanência como ações para sanar dificuldades econômicas, culturais e/ou pedagógicas, mas que o racismo se apresenta como impeditivo e/ou dificultador da permanência de estudantes negros(as) no ambiente universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Ações Afirmativas; Permanência no Ensino Superior; Estudantes negros; Relações Étnico-Raciais.

RESUMEN:

El artículo aborda la permanencia de los estudiantes negros en la universidad, en el contexto de la educación superior, a partir de una revisión sistemática de la producción científica brasileña en la que se han analizado trabajos que se inscriben en el debate sobre las relaciones étnico-raciales. A partir de los artículos analizados, se constata que las estrategias de permanencia se centran, predominantemente, en la asistencia al estudiante. Se concluye que el aumento de la presencia de estudiantes negros en la universidad, como efecto de las políticas de acción afirmativa en la educación superior, se mantiene gracias a las políticas de permanencia como medidas para subsanar dificultades económicas, culturales y/o pedagógicas, pero que el racismo se presenta como un impedimento y/o una dificultad para la permanencia de los estudiantes negros en el entorno universitario.

PALABRAS CLAVE: Políticas de acción afirmativa; Permanencia en la educación superior; Estudiantes negros; Relaciones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras se constituíram sob a lógica colonial, promovendo a exclusão dos saberes, indígenas e afro-brasileiros, considerados desqualificados. Essa lógica colonial e eurocêntrica se materializa nos espaços universitários no Brasil, dos currículos dos cursos de graduação (quando não incluem intelectuais negros e indígenas, privilegiando modos de produção de conhecimento de epistemologias hegemônicas), às posições institucionais de poder e decisão ocupadas, hegemonicamente, por pessoas brancas (CARVALHO, 2012).

A Lei 12.711/2012 ou, como é conhecida, Lei de cotas, tem sido apontada em diversos estudos, como de Basso-Poletto *et. al* (2020), em sua contribuição para a promoção de direitos humanos, ao criar oportunidades para estudantes de diferentes classes sociais, com a ampliação do acesso ao ensino superior. Tendo sido formuladas com intensa participação dos movimentos sociais, sobretudo, movimentos negros, as políticas públicas de ações afirmativas, que estabelecem um sistema de reservas de vagas com base em critério étnico-racial para acesso ao ensino superior, possibilitaram a presença de pessoas negras, indígenas e quilombolas na universidade, provocando debates cruciais em prol da justiça social e equidade racial.

Como efeito do processo histórico de escravização os grupos brancos alcançaram privilégios sociais e as populações discriminadas sofrem em todas as dimensões da vida, sendo necessário que o Estado fomente políticas capazes de dirimir desigualdades, como medida de justiça que beneficia brancos e negros. Um avanço nesse processo foi a Lei n.º 12.711/2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, que prevê acesso a direitos por meio de pertencimento de raça/cor associado aos critérios de ordem socioeconômica de renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

A ampliação da entrada de estudantes negros, indígenas e quilombolas na universidade provocou grandes mudanças no cenário do ensino superior brasileiro, como por exemplo, na ampliação dos debates e produção científica no campo das relações étnico-raciais (ARTES E MENA-CHALCO, 2017). No entanto, diversos estudos apontam a necessidade da ampliação do debate acerca da permanência desses sujeitos na universidade, uma vez que as ações afirmativas precisam ser discutidas para além do ingresso no ensino superior (Bassos-Poletto *et al.*, 2020).

Nesse sentido esse trabalho discute a permanência de estudantes negros(as), no contexto do ensino superior, a partir de revisão sistemática da produção científica brasileira na qual foram analisados trabalhos que se situam no campo do debate das relações étnico-

raciais, estabelecendo interlocução com intelectuais negros(as). Espera-se que a ampliação dos estudos resulte no impacto social da criação de estratégias para lidar com as tensões geradas no período universitário na vida desses jovens, integrando tanto os aspectos relativos à entrada quanto permanência na universidade, contemplando promoção de bem-estar e saúde mental, considerando que diferentes dimensões da vida - como a adaptação à nova cidade/moradia - favorecem e/ou dificultam os processos educacionais (GUZZO, 2008; VIEIRA, ROMERA E LIMA, 2018).

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de revisão sistemática, em uma abordagem qualitativa, em função da preocupação com fenômenos que não podem ser quantificados, buscando auxiliar na compreensão, interpretação e diálogo diante da temática pesquisada, em sua complexidade (MINAYO, 2012; FLINK, 2009). A revisão sistemática é um método de pesquisa que busca a sistematização e análise da produção de conhecimento acumulada em determinada área, possibilitando a identificação de inconsistências, lacunas e necessidades de aprofundamento do debate (KOLLER, COUTO E HOHENDORFF, 2021). A escolha pela revisão sistemática se deu objetivando alcançar uma visão ampla de diversos tipos de estudos, referenciais teóricos, resultados, e que esta, possa contribuir com desdobramentos de pesquisas futuras.

Buscando responder a questão norteadora, "o que os estudos científicos brasileiros têm produzido sobre a permanência de estudantes negros(as) na universidade?", foram escolhidos como fontes os artigos disponibilizados no Scientific Electronic Library Online (SciELO), na língua portuguesa, com o recorte temporal dos últimos 20 anos e recorte geográfico "Brasil". A escolha da plataforma SciELO se deu por esta abrigar grande parte de periódicos brasileiros indexados, de modo completo e de acesso gratuito.

As estratégias de busca foram traçadas de maneira abrangente, com os descritores e operadores booleanos utilizados na base de dados Scientific Electronic Library Online SciELO foram Permanência AND Universidade AND "estudantes negros" OR "alunos negros", a partir dos seguintes critérios de inclusão: a) artigos completos em língua portuguesa; b) conter ao menos um dos descritores definidos e ter relevância direta para o tema da permanência de estudantes negros(as) na universidade; c) ter sido publicado entre 2004 e 2024. Para refinar a seleção, foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: (1) artigos em idiomas diferentes do português brasileiro; (2) títulos que não contenham as palavras-chave utilizadas na pesquisa; (3) ausência das palavras-chave no corpo do texto; e (4) resumos que não abordem a permanência de estudantes negros na universidade.

Após criteriosa seleção, envolvendo critérios de exclusão, os 17 artigos selecionados inicialmente foram lidos em seus resumos e suas informações mais gerais, como autorias, palavras-chaves, ano de publicação e periódico, foram organizadas em uma tabela com o objetivo de facilitar a visualização e organização dos estudos incluídos, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. A organização também visou subsidiar as etapas seguintes das discussões.

Após a leitura dos artigos na íntegra e realização de fichamentos, à luz da questão norteadora do estudo, os resultados foram organizados, de modo a orientar as discussões, a partir de conteúdo temático-categorial, obedecendo aos seguintes critérios: (1) classificação e diferenciação do conteúdo dos artigos, (2) adequação ou pertinência do conteúdo ao objetivo do estudo e (3) agrupamento dos temas afins.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura em profundidade dos estudos, foram identificados três eixos de discussão a partir dos quais os estudos analisados se desenvolvem e, que situamos aqui, em torno da temática das políticas de ação afirmativas no ensino superior, do debate sobre a permanência dos estudantes no ensino superior e, por fim, do racismo no contexto do ensino superior.

No que diz respeito às políticas de ação afirmativas, nos estudos analisados, estas emergem por meio de sua contextualização histórica e sua relevância para a democratização do acesso ao ensino superior e dos relatos das experiências de estudantes negros (as) no cotidiano das universidades, assim como nos efeitos concretos da política de ação afirmativa trajetórias acadêmicas dos estudantes.

O artigo de Célia Maria Haas e Milton Linhares (2012) discute o conceito de ações afirmativas, suas origens históricas e a forma como foram aplicadas no sistema de cotas, partindo de dados que revelam profundas desigualdades educacionais no país. Como conclusão os autores apontam a desigualdade na educação brasileira, com ênfase no ensino superior, evidenciando também a ausência de políticas públicas eficazes e a limitada implementação de ações afirmativas, destacando que essas políticas visam não apenas ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior, mas também promover maior equidade social por meio da educação.

Também evidenciando as desigualdades educacionais entre jovens negros e brancos, Eugênia Portela de Siqueira Marques (2018) ressalta que o alto índice de reprovação no ensino médio contribui para que jovens negros não ingressem no ensino superior na mesma proporção que jovens brancos (p. 5). Dessa forma, a autora assevera que as políticas de ações afirmativas,

efetivadas por meio das cotas raciais, surgem como estratégia para possibilitar o acesso de populações historicamente marginalizadas ao ensino superior. O sistema de cotas, portanto, é uma medida voltada para atender às particularidades desses grupos excluídos e para buscar uma igualdade de tratamento, conforme instituído pela Lei nº 12.711/2012. Cumpre observar que o artigo também destaca o papel central do movimento negro na consolidação de mudanças no cenário universitário, sendo as políticas de cotas fundamentais para a garantia de direitos dos grupos majoritariamente excluídos da sociedade e como uma maneira de adentrar dentro da universidade e a pertencer a este local.

Outro aspecto importante que emerge nos artigos analisados, no que se refere às políticas de ações afirmativas, diz respeito ao desempenho dos estudantes. Geórgia Dantas Macedo e Swamy de Paula Lima Soares (2020), ao investigarem as políticas de cotas e de assistência estudantil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre os anos de 2012 e 2016, verificaram que 96% dos ingressantes pelo sistema de cotas foram atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e tinham previsão de conclusão do curso dentro do prazo regular. Já Ivanessa Thiane do Nascimento Cavalcanti et al. (2019), com o intuito de verificar se há diferença no desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas, concluíram não existir diferenças significativas entre os desempenhos acadêmicos de alunos cotistas e não cotistas.

Por outro lado, Edna Cristina do Prado e Fadson Calixto da Silva (2022) analisam que apenas as políticas de acesso não são suficientes para garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade sem que estejam inseridas em um conjunto de ações que promovam inclusão de qualidade. Os autores também ressaltam a necessidade de debater a discriminação, o racismo e o sentimento de não pertencimento, nas experiências dos estudantes negros(as), no contexto do ensino superior.

Em relação aos efeitos da política de ações afirmativas nas trajetórias acadêmicas dos(as) alunos(as) negros(as), o artigo de Joana Célia dos Passos (2015) destaca falas de estudantes cotistas e o imaginário social que associa o estudante negro a uma suposta queda na qualidade da universidade, pois seriam considerados “alunos mais fracos que a média” (p. 167-168). Em consonância com esse debate, Isabele Batista de Lemos (2017) ao analisar as experiências vividas por estudantes cotistas no ambiente universitário, traz relatos de estudantes acerca de afirmações de que as políticas não eram necessárias, destacando também relatos de alunos que não declaravam ter ingressado por meio das políticas afirmativas e que mencionavam manifestações de professores favoráveis apenas ao critério socioeconômico.

Nos relatos dos estudantes cotistas mencionados no artigo Prado e Silva (2022), o sistema de cotas é refletido a partir de suas vivências. Um deles destaca que o curso de Direito, por exemplo, é marcado por um perfil elitista, majoritariamente composto por estudantes brancos de

classes sociais mais altas. Outro estudante relata que, ao se assumir como cotista, percebe olhares diferentes e escuta manifestações como: “você não entrou pelo seu mérito. Você entrou porque roubou a vaga de alguém” (ibid., p. 16). Dessa forma, discutir cotas raciais no curso de Direito se torna algo particularmente complexo, segundo os próprios estudantes. A discriminação, o racismo e o sentimento de não pertencimento atravessam suas experiências.

Por fim, no que diz respeito às políticas afirmativas, os artigos analisados discutem o sistema de cotas evidenciando as dificuldades enfrentadas por estudantes ao se afirmarem como cotistas dentro da universidade. Muitos relatos apontam para um sentimento de não pertencimento logo após o ingresso, especialmente em cursos considerados elitistas, como Medicina e Direito, tradicionalmente associados a um perfil branco, masculino, heterossexual e de classe alta. Nesses espaços, o debate sobre cotas é constantemente retomado, tanto de forma crítica quanto em tom de questionamento.

Além disso, os artigos destacam que há entre os estudantes entrevistados os que já ingressam na universidade com o debate racial, ou seja, conscientes de sua identidade racial e das dinâmicas sociais que a envolvem. Por outro lado, há aqueles que só desenvolvem esse entendimento ao longo do percurso universitário, especialmente em instituições públicas de qualidade, onde o contato com discussões raciais e de pertencimento se dá de modo mais sistemático e consistente.

No que se refere ao debate sobre permanência, nos artigos analisados, é possível apreender que trata das condições materiais e objetivas para garantir a presença dos estudantes na universidade, assegurando moradia, alimentação e transporte, por meio de bolsas de pesquisa e/ou extensão ou bolsas de auxílios financeiros para fins específicos, como auxílio saúde ou bolsa permanência, e, também, para assegurar condições simbólicas, culturais e /ou pedagógicas de estar na universidade e concluírem seus cursos.

Lemos (2017) ao conceituar permanência faz uma associação com as dificuldades apresentadas pelos (as) estudantes negros(as) em aspectos como as tecnologias digitais, o desenvolvimento da produção textual, o rendimento acadêmico, a interação com colegas e professores, e nos relatos dos estudantes sobre as experiências de discriminação racial e assistência financeira estudantil. Já o artigo de Cordeira, Auad (2021) conceitua a permanência como políticas, programas ou ações propostas pelas instituições educacionais, objetivando atender, garantir e sanar aspectos de ordem econômica, pedagógicas e culturais.

No que se referem às questões de ordem socioeconômica, o artigo de Geórgia Dantas Macedo e Swamy de Paula Lima Soares (2020) centra suas análises em como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), desenvolvido na UFPB, contribui para a democratização da educação. As autoras ressaltam que a assistência estudantil é voltada principalmente para

estudantes que residem longe de suas famílias, sendo os auxílios mais requisitados o auxílio-moradia, o auxílio-alimentação e o acesso ao restaurante universitário. O estudo chama a atenção para evasão dos cotistas que não são assistidos pela PNAES e sugere a importância da expansão das políticas de permanência na educação superior e sua aproximação com as políticas de acesso.

No artigo de Ana Cristina de Oliveira Valério et al. (2021) a importância da PNAES também é colocada em evidência, assim como em Macedo e Soares (2020), mas neste é destacada a diferença da PNAES nos estados brasileiros, estando sua relevância centrada na permanência também no que diz respeito à uma maior autonomia dos estudantes e apontando como preocupação os modos de seleção das bolsas.

Em outro sentido, há os artigos que problematizam a questão da permanência no contexto da pandemia da Covid-19, como os trabalhos de Janaina da Silva Guerra e Vini Rabassa da Silva (2023) e Marina Graziela Feldmann; Andréia Regina Silva Cabral Libório (2023). A dificuldade da permanência, neste contexto, esteve associada à dificuldade com a modalidade online/acesso à internet, sobretudo, para alunos indígenas e quilombolas, que mesmo com programas de auxílio voltados à aquisição de chips, em função de falta de acesso à internet nas áreas mais remotas, ficaram impossibilitados de prosseguir em seus cursos.

Já a dimensão das relações de gênero comparece no artigo de João Bôsko Hora Góis (2008) assim como Cordeiro, Auad (2021), apontando que a permanência de estudantes mulheres negras, cotistas, lésbicas e bissexuais, perpassa por questões de raça e orientação sexual, e condição social. Como mostra o relato de uma aluna que não chegou a receber bolsa na universidade e nenhum outro tipo de auxílio, se mantendo através dos recursos enviados pela família além de precisar fazer “bicos”.

Góis (2008) faz uma comparação entre a diferença de mulheres brancas e negras no processo de permanência em cursos que não registram a presença de mulheres negras, como turismo, física e ciência da computação, na Universidade Federal Fluminense, enquanto cursos como os de medicina, direito e engenharia, que possuem um total de 60,84% de mulheres, em relação à raça, 80,19% são brancas, 17,41 são pardas e 2,40 pretas (Góis, 2008, p. 747). Os artigos consideram que diante das questões de gênero estão colocadas as responsabilidades diante das famílias, assim como, a falta de recursos financeiros para arcar com as despesas que envolvem transporte, alimentação, vestuário.

Em relação às questões pedagógicas e culturais, o debate nos artigos analisados recai sobre a falta de assistência nas instituições para com os alunos cotistas, seja por parte dos setores de um modo geral ou de professores.. O artigo de Joana Passos (2015) traz o relato de um estudante que tinha medo de entrar na biblioteca do curso e cometer algum erro, em suas palavras: “Então tu tens que aprender como lidar com esse outro mundo. Porque eu sabia que eu queria

estar aqui. Porém parecia que aqui não era o meu lugar.” (ibid., p. 172). Outra estudante acrescenta que a permanência na universidade não está garantida e questiona de que forma esses novos estudantes vão se sentir pertencentes a um espaço que, muitas vezes, os inibe.

Assim, a noção de permanência de estudantes negros na universidade considera não apenas os aspectos objetivos da permanência estudantil, mas também suas dimensões culturais, pedagógicas e simbólicas. Quando o debate se centra nas bolsas, auxílios e à burocracia envolvida nesses processos, os artigos apontam críticas a respeito dos obstáculos significativos para estudantes cotistas, emergindo também o debate acerca das relações de gênero no que tange as experiências das estudantes negras, afetando de forma desigual as políticas de assistência estudantil dentro do espaço universitário.

E, por fim, um último aspecto analisado a partir dos artigos, trata-se do racismo, considerado como um fator impeditivo e/ou dificultador da permanência de estudantes negros(as) no ambiente universitário, sendo apresentado principalmente a partir dos conceitos de racismo estrutural e institucional.

Eugenia Portela de Siqueira Marques (2018) define o racismo como preconceito de raça que será exercido conforme a aparência, traços físicos, fisionomia, gestos e sotaque. Já no artigo de Isabele Batista de Lemos, o debate sobre o racismo é apresentado por meio da contextualização histórica. O conceito de racismo institucional é analisado nos estudos dos autores/as Passos (2015), Valdério (2021), Lemos (2017), Prado e Silva (2022), Cordeiro e Auad (2021), Pires, Romão e Valloro (2019) e Marques (2018), enquanto Ana Cristina de Oliveira Valdério (2021), apresenta o conceito de racismo institucional relacionado ao conceito de racismo estrutural, a partir de Silvio Almeida (2018), para evidenciar como se desenvolvem as experiências de estudantes negras nos cursos da saúde.

Silvio Almeida (2018), em seu livro “O que é racismo estrutural”, define racismo institucional, por meio de uma classificação cujos critérios incorporam as relações estabelecidas entre racismo e subjetividade, racismo e Estado, racismo e economia. Segundo o autor, é importante nos estudos das relações raciais não resumir o racismo a comportamentos individuais, mas partir da tese de que em uma sociedade estruturalmente racista, os conflitos raciais são parte das instituições que funcionam direta ou indiretamente apresentando desvantagens ou privilégios a partir da raça.

Desse modo que um ponto apontado no artigo de Santos et al. (2020), ao estudar como temática da negritude é abordada no ensino superior, bem como a representação de pessoas negras nesse espaço acadêmico, refere-se à ausência de professores negros nos cursos de ensino superior, assim como de intelectuais negros/as nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de graduação (PPCs). Alguns estudantes relatam terem tido acesso a leituras de autores negros e a professores

negros durante a graduação, no entanto, a maioria afirma que teve pouco ou nenhum contato com essas referências.

Assim, os artigos analisados apontam como a universidade se apresenta como um espaço hostil para alunos(as) negros(as), muitas vezes sustentado por olhares, silêncios e barreiras simbólicas que marcam o que pode ou não ser dito. Conforme apontado em diversos relatos recolhidos nos artigos analisados:

Eu tinha medo de entrar na Biblioteca da UFSC e fazer alguma coisa errada, é tolice né? Mas durante um semestre todo eu não pisei dentro da biblioteca porque eu não sabia como funcionava, então eu não utilizei a biblioteca, eu não utilizava a comida, não peguei o ticket alimentação. (PASSOS, 2015)

Teve um professor que uma colega minha cismava que ele não gostava de mim porque eu era preto. Eu pensava: Será? Ele me olhava de um jeito diferente; às vezes eu levantava a mão pra perguntar alguma coisa, mas ele fingia que não olhava. (LEMOS, 2017)

Me incomodei muito com o jeito que eles tratavam esse aluno na sala, e o aluno desistiu de pagar matéria extra lá. Uma colega negra já ouviu piadinhas de pessoas da própria sala, e às vezes você ri pra não ser o chato, pra não causar um mal-estar. (PRADO, 2022).

Cida Bento (2022), no livro “O pacto da branquitude” afirma que “[a] presença exclusiva de brancos, aliás, faz parte da realidade da maioria das organizações públicas, privadas e da sociedade civil” (p. 14). Faz parte de uma estrutura construída para manter o privilégio branco, o que se evidencia na universidade. A partir das formulações da autora, podemos pensar que quando a presença negra rompe esse padrão o grupo majoritário – branco – enxerga o estudante negro como alguém que ocupa um lugar que não lhe pertence, é visto como um invasor em um espaço que os brancos entendem como seu, como algo privado.

Por fim, um outro elemento importante a ser destacado nos artigos, trata-se da perspectiva interseccional sob a qual as narrativas de estudantes negros são analisadas, levando em conta não apenas a raça, mas também o gênero, a classe social, e revelam as dificuldades de pertencimento e ocupação na universidade. No artigo de Cordeiro (2021) a vivência universitária de mulheres negras é marcada por múltiplas violências quando demonstra que as entrevistadas relatam que sua identidade de mulheres negras, lésbicas ou bissexuais, as tornam alvos de uma discriminação que sexualiza seus corpos. Já Ana Luisa Alves Cordeiro e Daniela Auad (2021) asseveram “são mulheres negras universitárias que, em suas estratégias de resistência, como apontaremos, quebram silêncios frente ao racismo, machismo e lesbofobia.”

A autora Carla Akotirene (2018), ao discutir a interseccionalidade, a partir do feminismo negro, recorre à reflexão de Kimberlé Crenshaw para exemplificar como as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas. Akotirene (2018) questiona, por exemplo, por “que mulheres

brancas podem representar judicialmente mulheres de cor, bem como homens negros podem representar toda comunidade” em espaços institucionais, enquanto as mulheres negras não são consideradas elegíveis para expressar e reivindicar sua própria experiência de discriminação — experiências estas que acabam sendo sistematicamente indeferidas ou silenciadas.

Conclui-se, portanto, que o racismo nas instituições de ensino superior se manifesta de diversas formas, sendo estes espaços majoritariamente brancos, resvalando nas dificuldades enfrentadas por estudantes negros em desenvolverem um sentimento de pertencimento dentro do ambiente universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, ao apresentar a produção científica brasileira sobre a permanência de estudantes negros(as), no contexto do ensino superior, conclui que o aumento da presença de estudantes negros(as) na universidade, como efeito das políticas de ações afirmativas no ensino superior, mantém-se a partir das políticas de permanência como ações para sanar dificuldades econômicas, culturais e/ou pedagógicas, mas que o racismo apresenta-se como impeditivo e/ou dificultador da permanência de estudantes negros(as) no ambiente universitário. A não-permanência e o não-pertencimento de alunos negros na universidade resultam das disparidades econômicas e no tratamento social e individual que esses sujeitos enfrentam cotidianamente nos espaços acadêmicos.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificadas algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas, as quais incluem a ampliação de investigações acerca permanência simbólica desses estudantes, caminhando para além da permanência real, envolvendo os auxílios da universidade e reverberando assim no êxito e sucesso acadêmico.

Por fim, a revisão sistemática torna-se um método de pesquisa importante, possibilitando identificar as áreas onde há pouca pesquisa realizada, estimulando a formulação de novas questões de pesquisa. É fundamental reconhecer os dados apresentados, pois apontam caminhos para mitigar, ainda que lentamente, processos de exclusão, repressão, julgamentos, preconceitos e discriminações enfrentados diariamente por aqueles que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas.

Agradecimentos

Ao apoio financeiro recebido da CAPES, à PROPESQ/UFT e ao Curso de Psicologia UFT/Camus Miracema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Maria F. et al. Metamorfoses de uma universidade: Os estudantes da USP entre 2000 e 2020. **Tempo Social**, v. 36, n. 1, p. 45-71, 2024. disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.222323>
- ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, p. 24-44, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100003>
- Artes, A., & Mena-Chalco, J. (2017). Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, 43(4), 1221-1238. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201702152528> Acesso em 02 de maio. 2024.
- BASSO-POLETTI, D.; EFROM, C.; BEATRIZ-RODRIGUES, M. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, v. 24, n. 1, p. 292-325, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15359/rec.24-1.16>. Acesso em: 6. março. 2024.
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em revista**, n. 28, p. 141-159, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200010>
- CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes, descolonização e transdisciplinaridade: três conferências introdutórias. In: TUGNY, R. P.; GONÇALVES, G. (org.). **Universidade popular e Encontro de Saberes**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2020.
- CAVALCANTI, Ivanessa Thaiane do Nascimento et al. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 1, p. 305-327, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720190001000016>
- FELDMANN, Marina Graziela; LIBÓRIO, Andréia Regina Silva Cabral. Estudantes quilombolas na Educação Superior: políticas afirmativas de acesso e permanência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 121, p. e0233911, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/vwpZv6TJ3cbjPKrnpzTvdZw/?format=html&lang=pt>
- GÓIS, João Bôsko Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 743-768, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>
- GUERRA, Janaina da Silva; SILVA, Vini Rabassa da. Reflexos da covid-19 na permanência de indígenas e quilombolas da Universidade Federal de Pelotas. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 139-160, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.307>
- GUZZO, R. Psicologia em Instituições Escolares e Educativas: Apontamentos para um debate. CFP: 2008. HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/bqD9kT8FGbNz5W5CZvMDJWB/?lang=pt>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KOLMAR, V. A, CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, set/dez. 2021 Disponível em <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v16i37.45110> Acesso em 14 de Abril de 2024.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 413-423, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018022524>

LEMO, ISABELE BATISTA DE. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. e227161, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227161>

LIMA, M. G; PADILHA, F. Acolhimento universitário aos calouros de psicologia: uma possibilidade de intervenção. **Revista de psicologia da UNESP**, Ed. 19 (2), 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v19n2/v19n2a06.pdf> Acesso em 28 de mar. 2024.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 02, p. 439-457, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200011>

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230098, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>

MOURA, S. do N.; MATOS, M. B. de. Da comunidade à universidade: os desafios dos discentes indígenas no curso de Direito na Universidade Federal de Roraima. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270086>. Acesso em: 08. Abril.2024

NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5224, 2023. disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5224>

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, v. 31, p. 155-182, 2015. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-4698134242>

PIRES, André; ROMÃO, Paulo Cesar Ricci; VAROLLO, Victor Marques. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240020, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240020>

PRADO, Edna Cristina do; SILVA, Fabson Calixto da. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. **Educar em Revista**, v. 38, p. e78267, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.78267>

SANTOS, J.T. (org.). Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2012. TREVISOL, Joviles Vítório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 01, p. 22-32, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira et al. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e3007, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278>